

Levantamento expõe urgência de reforma

De 13 Estados pesquisados, só 3 têm gasto com funcionalismo ajustado à Lei Camata

EMERSON COUTO

Folhas de pagamento altas e em atraso, 13º salário ameaçado e poucos investimentos. Este é o retrato da maioria dos Estados, principalmente das regiões Norte e Nordeste, que ilustra a necessidade urgente de uma reforma administrativa. Levantamento feito pelo Estado com 13 secretários estaduais de Administração aponta Alagoas, Piauí e Rondônia como os Estados com as maiores dificuldades.

"A situação é trágica", avalia o secretário de Administração de Rondônia, Antônio Orlando Gurgel do Amaral. Só os salários do funcionalismo consomem mais de 95% da receita estadual. Não sobra nada para investimentos. O secretário afirma que, com muito esforço, os salários estão em dia, mas não garante que o 13º salário seja pago este ano. "Tudo está sendo feito para que consigamos pagar", afirma.

No Piauí, o problema é ainda mais sério. Segundo o secretário Carlos Alberto Teles de Sousa, o Estado é deficitário, está com os salários atrasados e não pagará o 13º este ano. O funcionalismo consome 73,6% da receita.

O secretário de Administração alagoano, José Clayton de Albuquerque Sampaio, já antecipou que os servidores dificilmente terão o 13º este ano. Eles ainda não receberam parte do 13º do ano passado e os salários também estão atra-

sados. Alagoas tem 85% da receita comprometida com a folha de pagamento. "Temos um déficit mensal de 10% da receita", completa Sampaio.

Reação — Os três Estados garantem, porém, que estão tomando providências para enxugar o quadro do funcionalismo e diminuir os gastos. Todos estão preparando programas de demissão voluntária (PDV). Alagoas quer lançar seu plano ainda este mês e espera adesão de 10 mil funcionários, reduzindo o quadro dos atuais 63 mil para 53 mil servidores. A economia mensal seria de R\$ 4 milhões. O custo do programa é de R\$ 60 milhões, segundo o secretário.

No Piauí, o governo espera diminuir de 78,5 mil para 67 mil o número de funcionários. O gasto com indenizações seria de R\$ 80 milhões, com economia mensal de R\$ 4,5 milhões. Em Rondônia, o programa deve ser lançado em outubro e a meta é chegar a 67 mil funcionários. Hoje o quadro é de 72 mil. O Estado deixaria de gastar R\$ 50 milhões por ano e conseguiria pagar o custo do programa que seria de R\$ 40,5 milhões.

Além de demissões voluntárias, outras medidas vêm sendo tomadas por esses Estados. Alagoas, por exemplo, já extinguiu três secretarias — a de Turismo, a Metropolitana e a de Infra-Estrutura. "O serviço passou a ser prestado por outros órgãos, sem nenhum prejuízo", afirma Sampaio. Piauí passou a fazer um controle mais rígido da frequência dos funcionários e Rondônia partiu para a privatização de algumas empresas.

A crise de Alagoas, Piauí e Ron-

dônia também atinge os dez outros Estados pesquisados pelo Estado. Apenas três têm hoje gasto com o funcionalismo dentro do que estabelece a Lei Camata — gastos com pessoal no limite de 60% da receita líquida: Bahia (60%), Maranhão (52%) e Tocantins (50%). Os demais estão acima desse percentual: Pernambuco (73,1%), Rio Grande do Norte (73%), Minas (72%), Pará (71%), Amazonas (62%), Paraíba (62%) e São Paulo (61,2%).

Investimento — Outro dado preocupante é que, com a inflação baixa e os gastos altos, o volume de investimento está muito aquém da média histórica, que é de 20%. Dos 13 Estados pesquisados, Rondônia, Piauí, Alagoas e Minas não investem; São Paulo, Rio Grande do Norte, Paraíba, Maranhão e Pernambuco investem menos de 10%; Bahia aplica 15%; Pará e Tocantins não informaram. Amazonas é o que mais investe: 25%.

Para mudar esse quadro, os Estados estão recorrendo a programas de demissões voluntárias de servidores. Na pesquisa do Estado, 5 dos 13 Estados já têm planos com a finalidade de enxugar seus quadros: São Paulo, Bahia, Maranhão, Minas e Pernambuco. Outros quatro estudam a adoção do programa. São Paulo, por exemplo, já conseguiu a adesão de 14 mil funcionários desde o ano passado, segundo o secretário de Administração, Fernando Carmona. Isso representa economia mensal de R\$ 6 milhões. O gasto com indenizações de cerca de R\$ 60 milhões será pago nos próximos dez meses.

São Paulo tem, hoje, 580 mil funcionários ativos e 200 mil inativos. O número de demitidos ainda não é grande, mas deixa Carmona empolgado. Ele aguarda mudanças na Constituição para que novos programas de redução de quadros sejam criados. "É necessária uma flexibilidade na estabilidade dos servidores", diz.

SALÁRIOS
DOS
SERVIDORES
CONSOMEM
95% DA
RECEITA DE
RONDÔNIA